GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio
Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, set. 2020
Dossiê Encontro de Egressos da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio

FINANCEIRIZAÇÃO ESPELHADA: em busca do skyline global no Porto Maravilha

Frederico Basso Montanari[i]
Mestre em Geografia
Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

Resumo

As reformas urbanas e urbanísticas são marcas indeléveis na produção do espaço urbano carioca. Foi assim ao final do século XIX e início do XX e tem sido assim no atual processo de metropolização que envolve o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, consolidando a busca por uma nova paisagem – financeirizada e mundializada: arquitetura de assinatura, espigões espelhados, lajes corporativas, certificações triple A, eficiência ambiental etc. Destarte, apresentamos neste artigo uma síntese da pesquisa de mestrado realizada entre 2017 e 2019, na qual buscou-se compreender as estratégias lançadas na construção de um pretenso skyline global na região da OUCRPRJ – Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro. Percebemos, também, que essas "novas" estratégias procuram atender aos interesses do setor financeiro, que cada vez mais mobiliza a produção do espaço no ciclo de acumulação capitalista; o regime de acumulação financeirizado mira o urbano. Para tanto, a dissertação se debruçou no intento de compreender as singularidades do regime de acumulação financeirizado e sua (re)produção do espaço urbano portuário carioca, o que nos conduziu à análise das condições atuais do mercado imobiliário nos específicos empreendimentos triple A – os famigerados espigões espelhados.

Palavras-chave: Financeirização; metropolização; produção do espaço.

MIRRORED FINANCIALIZATION: IN SEARCH OF THE GLOBAL SKYLINE IN PORTO MARAVILHA

Abstract

A Urban and urban reforms are indelible marks in the production of Rio's urban space. This was the case at the end of the 19th century and the beginning of the 20th and it has been the case in the current process of metropolization that involves the urban space of the city of Rio de Janeiro, consolidating the search for a new landscape - financialized and globalized: signature architecture, mirrored spikes , corporate slabs, triple A certifications, environmental efficiency, etc. Therefore, we present in this article a synthesis of the master's research carried out between 2017 and 2019,

[i] *Endereço institucional:*
Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451- 900.
Endereço eletrônico:
fredpaulista@gmail.com

ISSN 1983-3644

in which we sought to understand the strategies launched in the construction of a supposed global skyline in the region of OUCRPRJ - Urban Operation Consortium of the Port Region of Rio de Janeiro. We also perceive that these "new" strategies seek to meet the interests of the financial sector, which increasingly mobilizes the production of space in the cycle of capitalist accumulation; the financialized accumulation regime targets the urban. For this purpose, the dissertation focused on understanding the singularities of the financialized accumulation regime and its (re) production of the urban port space in Rio de Janeiro, which led us to the analysis of the current conditions of the real estate market in the specific triple A developments - the infamous mirrored spikes

Keywords: Financialization; metropolization; production of space.

Introdução

Dois de outubro do ano de dois mil e nove, Jacques Rogge – então presidente do Comitê Olímpico Internacional – aguarda pacientemente a chegada do portentoso envelope que traz o nome da cidade escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Depois de algumas etapas e disputas, chegaram à decisão final do COI (Comitê Olímpico Internacional) as cidades do Rio de Janeiro e de Madrid; milhares acompanham a transmissão ao vivo em um telão instalado na praia de Copacabana e, após uma rápida apresentação, Rogge abre o envelope anunciando o Rio de Janeiro como a cidade escolhida! Entre abraços e gritos os telespectadores presentes na praia de Copacabana comemoram a vitória! Sediar os jogos olímpicos representava a estrela maior de um período marcado pela sequencial realização de megaeventos em território nacional, sobretudo em território carioca.

Com os megaeventos, a partir de 2007, e a conjunção de forças desde o governo federal até a escala municipal, toda e qualquer ação do aparato estatal sobre a cidade do Rio de Janeiro passou a ter uma "justificativa", consolidando de vez o *planejamento estratégico urbano* inspirado na Harvard Business School (VAINER, C. 2013. p.75). O então prefeito Eduardo Paes chegou a declarar, em entrevista[1], que os jogos olímpicos justificavam toda e qualquer obra na cidade. O recado era claro.

[1] Endereço eletrônico da fala de Eduardo Paes: https://www.youtube.com/watch?v=Hh-7UC7GmLw.

Conquanto, tais megaeventos como os Jogos Pan-americanos de 2007, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 não podem ser confundidos com o passo inicial das transformações urbanas e urbanísticas que compõem o processo de metropolização do Rio de Janeiro – assim como das demais regiões metropolitanas brasileiras. Diferentemente do senso comum, as transformações na produção do espaço metropolitano de Rio de Janeiro e São Paulo têm raízes mais distantes, tanto espacialmente quanto temporalmente e, entre elas, destacamos o projeto neoliberal e a ascensão do regime de acumulação financeirizado, nos quais uma nova forma de pensar a produção do espaço passou a ser dominante. Portanto,

> [...] como pensar a Cidade (sua explosão - implosão generalizada que caracteriza o Urbano moderno) sem conceber claramente o espaço que ocupa, do qual se apropria (ou renuncia)? É completamente impossível pensar na cidade e no urbano modernos como obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais) sem concebê-los anteriormente como produtos. (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 55).[2]

Ainda iluminados por Lefebvre, temos de lembrar que esse espaço produzido serve tanto como um "instrumento de pensamento como de ação; ao mesmo tempo, que constitui um meio de produção, um meio de controle e, consequentemente, de dominação e poder[3]" (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 86). Essa dimensão da produção do espaço – que chamaremos de produção alienadora – está para Lefebvre como a dimensão do *espaço concebido*, associada às representações do espaço "que estão ligados às relações de produção, à "ordem" que impõem e, assim, ao conhecimento de signos, códigos e relações 'frontais'[4]" (p. 92).

Sabemos, também, que o espaço concebido dos tecnocratas não é total, exclusivo. Há, em meio à hegemonia da representação do espaço, frestas e fissuras (HOLLOWAY, 2013) das quais podem aflorar os *espaços de representação* (LEFEBVRE,

[2] Texto original: ¿Cómo pensar la Ciudad (su explosión-implosión generalizada que caracteriza lo Urbano moderno) sin concebir claramente el espacio que ella ocupa, del que ella se apropia (o al renuncia)? Resulta del todo punto imposible pensar la ciudad y lo urbano modernos en tanto como obras (en el sentido amplio y fuerte de la obra de arte que transforma sus materiales) sin concebirlos previamente como productos.

[3] Texto original: instrumento del pensamiento como de la acción; al mismo tiempo, que constituye un medio de producción, un medio de control e, en consecuencia, de dominación y de poder.

[4] Texto original: que se vinculan a las relaciones de producción, al «orden» que imponen y, de ese modo, a los conocimientos signos, códigos y relaciones «frontales».

[1974] 2013) e novas formas de apropriação. Aqui trataremos das insurgências, que reivindicam a cidade para a luta anticapitalista (HARVEY, [2012]. 2014). Como destacou Alvaro Ferreira, "o espaço produzido (...) é marcado pelas relações de produção capitalistas, (...) o que nos leva a uma realidade marcada por fortes conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais" (FEREIRA, 2013, p. 32).

É, portanto, a partir da compreensão dessas tríades que percebemos mais claramente a produção do espaço (LEFEBVRE, [1974] 2013), o que contribui para a sustentação do objeto analítico da dissertação que ora apresento: o processo de financeirização do espaço portuário carioca e as contradições inerentes a esse processo, que por um lado consolidam um "novo" modelo de gestão urbana e, por outro lado, são cada vez mais contestadas através de novas lutas e novas propostas de cidade. Nas palavras de Ana Fani Alessandri Carlos (2017, p. 58):

> [...] a metrópole produzida como exterioridade agudiza a contradição entre o processo de produção social do espaço urbano e sua apropriação privada, atualizando a alienação do mundo moderno através da reprodução do urbano.

Destarte, tais contradições se exacerbam em meio ao processo de financeirização e gentrificação cada vez mais presentes na metropolização do espaço carioca, e essas contradições sustentam a (re)produção do espaço urbano como condição da acumulação (CARLOS, 2017). Vale destacar que a metropolização do espaço "é imanente ao processo de globalização, ou seja, faz parte constitutiva dele, embora não se restrinja a essa fase do capitalismo" (LENCIONI, 2013, p. 17). Ainda sobre as contradições e tensões presentes na (re)produção do espaço, Alvaro Ferreira (2013, p. 40) sintetiza de forma bastante clara:

> O espaço torna-se o lugar da reprodução das relações sociais de produção e não apenas dos meios de produção, destarte percebemos o espaço como mercadoria. Porém, se o espaço é o lugar da reprodução, é também lugar da contestação, do encontro, da rebeldia, lugar da ação. E aqui estamos diante de grandes tensões, contradições; ou seja, se é no espaço da vida cotidiana que percebemos e vivemos o dia a dia, é nele também que os especialistas (...) concebem seus projetos e os põem em curso, à revelia dos habitantes do lugar.

Ainda sobre o movimento da acumulação capitalista a partir, pelo e no espaço urbano, vale reforçar que a *produção do espaço* se dá quando este "se torna mercadoria que se assenta na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza, articulando-se à necessidade da habitação e da construção morfológica da

cidade" (CARLOS, [2015] 2018. P.17), enquanto a *reprodução do espaço* visa permitir a realização do capital, agora sob a égide da financeirização, tornando o espaço "também a condição de produto imobiliário – matéria-prima da valorização do capital em potencial (CARLOS, [2015] 2018. P.17). Por fim, não esqueçamos da distinção *produção – reprodução*, pois o capitalismo "tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível" (CARLOS, [2015] 2018. P.26), abrindo possibilidades de um novo ciclo de acumulação.

Materialização, substrução e projeção no Porto Maravilha: a proposta metodológica

Para buscar uma melhor compreensão desse processo – multiescalar e com diferentes atores e sujeitos presentes – organizamos a dissertação baseados na proposta metodológica apresentada por Alvaro Ferreira (2017), na qual a tríade analítica *materialização-substrução-projeção* é invocada na busca pelo entendimento da produção do espaço urbano. Segundo Ferreira, *materialização* se refere ao espaço concreto que compõe nosso cotidiano, ou seja, encontra-se ligada à forma-aparência e à cristalização das relações sociais de produção no espaço. Evidentemente, o entendimento da dimensão material do espaço produzido fica raso quando não vamos para além da concretude observada e, nesse sentido, a dimensão analítica da *substrução* entra em cena, permitindo-nos revelar as intencionalidades presentes na aparência dada pelo concreto. Busca-se, ao investigarmos a substrução, compreender os jogos de poder que sustentam a concretude, bem como revelar as representações ocultas na aparência. Já terceira dimensão analítica, a *projeção*, "mira o futuro" (FERREIRA, 2017, p. 93) e, portanto, representa a busca pela realização do que outrora foi projetado no passado e no presente vividos. Ferreira lembra que tais projetos "podem ser revolucionários ou que objetivem manter o *status quo*" (FERREIRA, 2017, p. 93).

Considerando o tema trabalhado na dissertação, percebemos – em tempos recentes – a construção de alguns espigões espelhados na região portuária. Entre eles podemos destacar o Aqwa Corporate, o Port Corporate Tower, o Porto Atlântico e o Novocais do Porto, os quais perfazem o ideal de investimento dos FIIs (fundos de

investimento imobiliário): extensas lajes corporativas, avançada infraestrutura de transportes e comunicação, localização privilegiada com potencial de expansão e crescimento, arquitetura futurista, elevado *rating*[5] etc. Esse *skyline*[6], que mimetiza as grandes cidades globais e que aos poucos vai se estabelecendo na região delimitada pelo projeto do Porto Maravilha, corresponde à dimensão da *materialização* em nossa pesquisa; forma-aparência que despertou nosso interesse em buscar os discursos e interesses ali ocultos. É neste momento que a *substrução* é invocada como ferramenta, a fim de compreendermos os interesses do setor financeiro na produção do espaço urbano carioca, em espacial do espaço portuário carioca. Completando a tríade temos a *projeção*, que serviu tanto na compreensão do projeto buscado pela financeirização urbanizadora, quanto para vislumbrarmos as alternativas a esse projeto de cidade alienadora. Isso significa que a dimensão da projeção auxiliou na compreensão os interesses da (re)produção ampliada no capital financeiro – e o domínio dos valores de troca – como também na compreensão das estratégias que buscam o efetivo direito à cidade (LEFEBVRE, 2015) e a realização da verdadeira democracia (FERREIRA, 2019 *no prelo*).

Ainda sobre os processos metodológicos que compuseram a dissertação que ora apresento, vale lembrar que a tríade analítica *materialização-substrução-projeção* dialoga com a metodologia do *regressivo-progressivo* também apresentada por Alvaro Ferreira (inspirado em Henri Lefebvre). Para este "um estudo 'retro' do espaço social em sua história e gênese, a partir do presente retrocede-se a essa gênese e depois retorna ao atual, o que permite vislumbrar, se não prever, o possível e o futuro[7]" (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 58). Vejamos, portanto. Partimos do presente ao nos depararmos com o real concreto do espaço presente. O *regressivo* se faz ao buscarmos as intencionalidades e discursos ali presentes, ao "escavarmos" o passado que sustenta aquela

[5] *Rating* faz referência à classificação de um determinado investimento (seja numa empresa ou num título de fundo imobiliário). Essa classificação é realizada por empresas especializadas, as quais avaliam o mercado em termos de risco de crédito, entre elas destacam-se Moody's, Standard & Poors (S&P) e Fitch.

[6] *Skyline* refere-se ao horizonte artificial que a estrutura geral de uma cidade gera, ou, em português, panorama urbano.

[7] Tradução: "[...] un estudio «retro» del espacio social en su historia y génesis, a partir del presente se remonta hacia esta génesis para después regresar sobre lo actual, lo que permite entrever, si no prever, lo posible y el futuro".

forma-aparência. Mas, como sabemos, a produção do espaço é movimento, um processo em devir que projeta um futuro e, daí, temos o progressivo. Segundo Ferreira ([2011] 2014),

> [...] partimos do momento atual, observando, descrevendo e analisando as formas, a cidade produzida, entretanto já imbuídos da teoria e de um olhar crítico; em seguida, vamos retornando, passo a passo, em busca daquilo que deu condições para a concretização da realidade atual, de quais processos e dinâmicas envolvidas. Em outras palavras, procuramos o que precedeu e deu suporte a isso.

Esse caminho de pesquisa se justifica pois substitui-se a explicação linear por uma explicação em movimento, tal qual é a produção do espaço. Por fim, ainda nas palavras de Alvaro Ferreira e à luz da teoria desenvolvida por Henri Lefebvre, lembramos que "as tríades são construídas com o objetivo de analisar as diferentes dimensões do espaço, e são compostas por elementos que as constituem" (FERREIRA, 2017).

A substrução: a ascensão do regime de acumulação financeirizado

Nesse sentido, resgatar o contexto histórico em que a financeirização da produção do espaço se tornou hegemônica é parte importante dessa pesquisa, visto que a onda neoliberal está diretamente relacionada com a ascensão do regime de acumulação financeirizado e com a ascensão neoconservadora que, tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos da América, inaugurou uma nova fase para as funções exercidas pelo Estado. É a partir dos governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan – final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – que o neoliberalismo passa a ser a pauta principal no mundo capitalista ocidental, incorporando-se "às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo" (HARVEY, 2005, p. 13). É importante ressaltar que a eclosão neoliberal em meio à década de 1970 e à década de 1980 esteve intimamente vinculada à crise de acumulação de capital, a qual produzia forte desemprego e inflação acelerada (HARVEY, 2005, p. 13). As políticas neoliberais eram, para a classe capitalista e financista, o "antibiótico" capaz de sanar os "limites" do regime de acumulação vigente até então, representado pelo binômio keynesiano-fordista. Ainda sobre esse contexto histórico, vale destacar que o ano de 1979 é paradigmático. Margareth Thatcher chegava ao cargo de primeira ministra inglesa, anunciando os novos tempos na economia política do Reino Unido. O desmonte do *welfare state* e da forte intervenção do Estado na economia tornava-se o

objetivo central de Thatcher, que bradava: "a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais". A intenção era clara: solapar com todas as formas de solidariedade social em favor do individualismo, da propriedade privada e do livre mercado como diretrizes para uma nova sociedade. Do outro lado do Atlântico Norte, Ronald Reagan unia os poderes do Tesouro Estadunidense e do FMI (Fundo Monetário Internacional) com o objetivo de "rolar a dívida", que se tornava impraticável. Podemos afirmar, portanto, que a ascensão do neoliberalismo e da financeirização total da sociedade intensificaram a produção alienadora das cidades, dominando o processo de metropolização do espaço. Como Harvey (2005, p.15) destacou:

> Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos.

Partindo do ponto de vista exposto por Harvey (2005), a teoria neoliberal propõe que o papel do Estado é "criar e preservar uma estrutura institucional" que garanta o livre mercado e o livre comércio, bem como proteja os sólidos direitos à propriedade privada e as capacidades empreendedoras individuais (HARVEY, 2005, p. 12). Tais capacidades empreendedoras foram diretamente aplicadas à gestão pública e se consolidaram através do empresariamento urbano e do *city marketing*. Nesse sentido, a competição – entre indivíduos, empresas e até mesmo cidades – é considerada a virtude primordial do modelo neoliberal (HARVEY, 2005, p. 76).

A materialização: em busca do skyline global

A partir dessa contextualização espaço-temporal, realizada no primeiro capítulo da dissertação, mergulhamos em nosso objetivo central da pesquisa, que foi o de analisar os esforços realizados na tentativa de produzir um *skyline* global no Porto Maravilha, a partir financeirização do espaço urbano carioca e dos discursos produzidos em torno desse projeto. Foi imprescindível desdobrar o objetivo central em objetivos complementares como o de apontar as possíveis insurgências e novas formas de apropriação do espaço urbano que contestam – e que poderão contestar – a homogeneização presente na metropolização (LENCIONI, 2013). Assim, como forma de melhor nos orientarmos, estabelecemos as seguintes questões: poderão florescer, em meio à homogeneização dos espaços financeirizados, novas formas de apropriação e

insurgências capazes de reivindicar a cidade para a luta anticapitalista (HARVEY, 2014)? Quais serão as novas estratégias de luta pelo direito à cidade num contexto de novas contradições? Como pensar o direito à cidade (na ótica lefebvriana) em tempos de financeirização?

A relevância da pesquisa que ora é apresentada se justifica através da necessidade cada vez maior de compreendermos as intencionalidades presentes na produção do espaço, bem como seus diferentes atores e sujeitos (FERREIRA, 2013). Desvendar os mecanismos que reforçam a produção alienadora das cidades e do espaço urbano torna-se, cada vez mais, uma importante estratégia no intuito de buscarmos uma *"desalienação"* e a construção de um outro futuro possível. A partir do conhecimento e reconhecimento das formas de (re)produção do espaço urbano poderemos enxergar as frestas e fissuras na construção do regime capitalista de produção, definindo a agenda de um novo futuro possível.

Por fim, deixamos aqui um convite a todos que, ao lerem essa breve apresentação, tiveram seus interesses despertados. A dissertação estrutura-se em quatro capítulos, os quais buscaram abarcar a produção alienadora das cidades e os indícios de insurgências (FERREIRA, 2017). No primeiro capítulo dedicamos esforços no intento de melhor compreender à ascensão do regime financeirizado como parte fundamental da produção alienadora do espaço urbano. Diante do processo de metropolização que "acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquização entre os lugares (LENCIONI, 2013, p. 30), compreender a dimensão financeirizada da produção do espaço foi de fundamental importância. Por isso, tivemos como principais interlocutores François Chesnais e David Harvey, ao resgatar a teoria marxiana de renda, preço e valor aplicadas à financeirização do espaço (PEREIRA, 2017). As pesquisas e escritos de Mariana Fix, Daniel Sanfelici e Paulo Cesar Xavier Pereira compuseram, também, os pilares que sustentaram nossa base teórico-conceitual.

O segundo capítulo foi dedicado à análise da região portuária do Rio de Janeiro e suas recentes transformações, sobretudo o lançamento dos novos empreendimentos corporativos: Port Corporate Tower, Aqwa Corporate Porto Atlântico, Novocais do

Porto e o Vista Guanabara, que formam o novo *skyline*. À luz dos conceitos trabalhados no primeiro capítulo buscou-se compreender as estratégias que sustentam tais transformações, bem como os atores e sujeito envolvidos nessa (re)produção do espaço carioca. Vale destacar que a discussão acerca de agentes e atores da produção do espaço urbano – inspirados em Alvaro Ferreira – também foi abordada, no segundo capítulo como no capítulo terceiro. Isto, pois:

> As ações que se realizam em determinado lugar, e que dão origem a algumas formas urbanas, muitas vezes são fruto de desejos e estratégias estranhas ao lugar. Assim, encontramo-nos entre inúmeras possibilidades de ações; algumas que fortalecem o *status quo* e outras que a ele se oporiam, entre ações estratégicas (do Estado e das grandes corporações) e ações sociais (FERREIRA, 2013, p. 54).

Portanto, no segundo capítulo investigamos os atores presentes na construção dos grandes projetos corporativos do Porto Maravilha, a partir dos empreendimentos já lançados e inaugurados: Port Corporate Tower, Aqwa Corporate, Porto Atlântico, Novocais do Porto e o Vista Guanabara.

Ainda com base nessa discussão – sobre atores e agentes – e considerando a tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização é que chegamos ao terceiro capítulo, dedicado à análise da *projeção*, que envolve tanto os interesses do setor financeiro nas rendas futuras esperadas pela produção do urbano, como das fissuras e dos indícios de insurgências que emergirão em meio a dimensão homogeneizadora do regime de acumulação financeirizado. Dispendemos atenção à condição de máxima contradição que envolve o crescente endividamento presente na produção do espaço urbano e às novas formas de luta pelo direito à cidade, que – nas palavras de David Harvey – reivindicam a cidade para a luta anticapitalista (HARVEY, 2014). Importante dizer que Harvey sustenta sua argumentação através das discussões feitas por Lefebvre, o que torna imprescindível voltarmos ao filósofo francês para discutir tais indícios de insurgências. Ainda neste capítulo, ampliou-se o estudo considerando o *comum* (DARDOT, LAVAL, [2014] 2017) e as frestas e fissuras (HOLLOWAY, 2013) que podem projetar um outro futuro. Cabe destacar que, segundo Dardot e Laval, o *comum* "designa não o ressurgimento de uma Ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação" (DARDOT, LAVAL, [2014] 2017, p. 17). Foi a partir da categoria de *comuns*

urbanos que buscamos os indícios de insurgência na produção do espaço urbano carioca, reiterando a ideia de que "o direito à cidade é mais do que um habitat, é o direito a habitar" (FERREIRA, 2013; 2017), transcendendo a luta para novas forma de apropriação.

No quarto e último capítulo foram tecidas algumas importantes considerações acerca da produção alienadora e dos indícios de insurgência presentes no processo de metropolização do espaço carioca. Não foi, porém, uma tentativa de "fechamento" ou a uma pretensa "conclusão", mas uma tentativa de abertura – ou uma busca por frestas e fissuras – mesmo que as respostas não sejam encontradas, isso pois o espaço como produto de inter-relações está sempre num processo de devir, nunca finalizado.

Para não encerrar

Frederic Jameson (1996, p. 68) em *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* estabelece interessante analogia entre os prédios espelhados e os óculos de sol também espelhados, que "impedem um interlocutor de ver nossos olhos, dotando-nos assim de certa agressividade e de poder sobre o outro". Os novos empreendimentos lançados na região portuária do Rio de Janeiro, e que buscam mimetizar o *skyline* global de muitas cidades, também seguem a estratégia "que repele a cidade lá fora" e dota de poder a nova arquitetura *triple A* (FIX, 2007, p. 79). Destarte, esse mesmo modelo que repele o restante da cidade, fragmentando-a e hierarquizando-a segundo interesses do capital financeiro, vem se materializando no espaço urbano carioca, sinalizando – à miúde – os limites da (re)produção capitalista e sobre o qual as fissuras e frestas de que falamos no Capítulo 3 poderão ser construídas, formando os caminhos para a luta anticapitalista.

Nesse sentido, para João Ferrão (2015, p. 209) esse atual estágio da urbanização – a metropolização do espaço – pode ser brevemente caracterizado a partir de três condições básicas. A primeira constatação do geógrafo português é de que a antiquada visão moderna, racional e burocrática de governo e administração já se encontra esgotada. Em consonância a esse esgotamento, a segunda constatação sinaliza para "os efeitos devastadores da crescente desregulação da vida coletiva associada ao modelo neoliberal" e a terceira constatação lembra da "emergência de concepções

pós-políticas de sociedade e de cidade [...] em detrimento de quaisquer formas de dissensão", ou como escreveram Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato ([2000] 2013), "a cidade do pensamento único".

Complementando as três condições apontadas por Ferrão, vimos também que os últimos anos do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI têm escancarado a essência oxímora do modo de produção capitalista, revelando mais do que tendências de crise, mas a incapacidade de sustentação do processo interminável de acumulação. Para David Harvey ([2003] 2014, p. 113):

> Se Arendt estiver certa – acumulação interminável do capital requer acumulação interminável de poder político –, não só é impossível evitar essas mudanças como tentar fazê-lo produz desastre. A formação de impérios fechados depois da Primeira Guerra Mundial quase com certeza foi um fator de causação da incapacidade de resolver o problema da sobreacumulação nos anos 1930, tendo preparado o terreno econômico para os conflitos territoriais da Segunda Guerra Mundial. A lógica territorial dominou e frustrou a lógica capitalista, lançando assim esta última numa crise quase terminal por meio do conflito territorial.

Assim, pudemos constatar ao longo do primeiro capítulo que as condições de reprodução do capital têm apresentado sinais de profunda contradição, em que a trajetória histórico-geográfica vai caminhado para contextos dramáticos, semelhantes àqueles do início do século XX (ver Harvey, [2003] 2014; Arrighi, [1996] 2006 e Arendt, 1968). Não obstante, para além das dramáticas condições geopolíticas que envolvem a lógica territorial e a lógica capitalista, detivemo-nos na análise do crescente paradoxo do processo de acumulação capitalista em que a massa de capital de vida longa – ambiente construído – tem aumentado em relação ao capital que está em fluxo constante (HARVEY, [2014] 2016). Na financeirização urbanizadora temos que o capital financeiro mobiliza o ambiente construído a fim de produzir mais capital. Henri Lefebvre ([2000] 2016, p. 97-131) já no ano 1972, em simpósio realizado no MoMA - Nova York, apontava tal mobilização do espaço pelo capitalismo. Ele logo indicava que o "investimento no imobiliário e nas construções privadas e públicas (*na produção do espaço*) se revela proveitoso porque essa produção ainda comporta, e comportará por muito tempo, uma proporção superior de *capital variável* em relação ao *capital constante*" (LEFEBVRE, [2000] 2016, p. 107-108); tem-se que o imobiliário e o setor de construção "deixam de ser circuitos secundários e ramos anexos do capitalismo industrial e financeiro para passar ao primeiro plano (LEFEBVRE, [2000] 2016,

p.114). Porém, os valores inerentes ao capital fixo imóvel só podem ser realizados através de seu uso, o que não vem acontecendo na maior parte da região portuária carioca, como constatamos no Capítulo 2. Lá, o processo de circulação do capital não tem fornecido os meios pelos quais os valores investidos possam ser realizados e, portanto, recuperados. Dessa maneira, afirmamos que os dramas da financeirização urbanizadora indicam, como explicamos ao longo do primeiro capítulo, a explosão das contradições no mundo capitalista. Nas palavras de Lefebvre ([2000] 2016, p.109):

> A mobilização do espaço torna-se frenética e leva à autodestruição de espaços produzidos. O investimento desenfreado do capital não pode arrefecer sem procurar terrenos, territórios, zonas novas. Ou compensações.
>
> Aqui, ainda, a estratégia, ou melhor, as estratégias da classe dominante se revelam perigosas, cheias de riscos, destruindo o possível e o futuro, submetendo-os a interesses momentâneos, a curto prazo.

Sem perder de vista nosso objetivo, recordamos que nosso intento na dissertação foi de analisar os esforços realizados na busca por um *skyline* global no Porto Maravilha, a partir financeirização do espaço urbano carioca e dos discursos produzidos em torno dessa busca. Destarte, avaliamos também os impactos do regime de acumulação financeirizado sobre a produção e (re)produção do espaço urbano na região portuária carioca, contribuindo para a compreensão do processo urbano em toda a sua completude e auxiliando na formação da consciência das realidades materiais da vida cotidiana (HARVEY, 1989, p. 230). Tal consciência pode servir como o primeiro passo no caminho da desalienação. Neste movimento – de buscar o reconhecimento da produção e (re)produção do espaço:

> [...] desloca-se o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática socioespacial, que se realiza no movimento de produção / apropriação / reprodução da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade (CARLOS, [2015] 2018, p.14).

Seguindo com as assertivas palavras da professora Ana Fani Alessandri Carlos ([2015] 2018, p. 18) temos, portanto, que:

> A história da produção do espaço esclarece a reprodução do capital enquanto momento de um processo de alienação; e seu outro, as lutas de classes, desenrolam-se e ampliam-se (não sem imensas dificuldades), ultrapassando os limites do mundo do trabalho e da fábrica e desdobrando-se em lutas pelo espaço urbano. Assim, se o desenvolvimento do homem genérico

> reside no pleno desenvolvimento de suas capacidades criadoras, na realização de virtualidades, a história vai mostrando aquilo que freia esse processo. É dessa forma que no interior da prática urbana as *contradições* eclodem.

Como apontamos em algumas passagens do terceiro capítulo, a luta anticapitalista deixa de se encerrar no chão da fábrica (*locus* por excelência da extração do mais-valor) e ganha, no atual estágio de metropolização do espaço, novas dimensões e novas frentes de contestação. Desse modo, os movimentos sociais e insurgências devem se conscientizar sobre os "novos" caminhos da urbanização financeirizada na produção do espaço, a qual visa única e exclusivamente a [re]produção continuada do capital (DAMETTO, 2016), e não à [re]produção do vivido e da cidade como obra, onde o valor de uso se sobreponha ao valor de troca. Isso posto, temos que a nova realidade que se consolida impõe às lutas e insurgências a necessidade de novas agendas e novas estratégias. Para Harvey ([2012] 2014, p. 227), o dilema estrutural que permeia os movimentos de esquerda explode na tensão dialética entre desenvolver caminhos alternativos "às leis capitalistas de determinação do valor no mercado mundial ao mesmo tempo em que facilita a capacidade dos trabalhadores organizados administrarem e decidirem, democrática e coletivamente o que irão produzir e como".

Ainda referente à construção da consciência sobre os "novos" caminhos da urbanização financeirizada, lembramos que ela tem o poder de abrir frestas e fissuras, possibilitando a ruptura da perniciosa relação entre a especulação financeira e a construção do ambiente físico do urbano. Nas palavras de Harvey ([2014] 2016, p. 79-80):

> O vínculo entre especulação financeira e investimento em infraestrutura física e outras formas de capital físico também deve ser extinto, para que considerações financeiras não ditem mais a produção e o uso de infraestruturas físicas. Por fim, os aspectos relacionados ao valor de uso da provisão de infraestrutura devem vir em primeiro lugar. Isso não deixa outra opção à ordem social a não ser explorar o campo da prática do planejamento racional por parte das coletividades políticas a fim de garantir que possam ser produzidos e mantidos os valores de uso físicos necessários. Dessa maneira, é possível orquestrar as relações sempre complexas entre processos e coisas e entre fixidez e movimento para o bem comum, em vez de mobilizá-las para a acumulação infinita de capital.

Assim chegamos a última indagação: por que falar em desalienação e como associá-la à (re)produção do espaço urbano? Quando apontamos no título das Considerações Finais sobre a busca pela desalienação estávamos, é bem verdade, baseando-nos na ideia de Karl Marx de que o proletariado deve buscar, por meio das fissuras e

frestas que corroem o modo capitalista, abolir o seu próprio caráter de assalariado, portanto o seu próprio caráter de classe. Com relação à semântica dos termos alienação e desalienação reiteramos que, juridicamente, alienar corresponde à transferência de propriedade a outra pessoa; nas relações sociais a alienação tem significado de abandono ou desvio de confiança e afetos a outra pessoa; na dimensão psicológica a alienação significa a ruptura de uma ligação afetiva. Para Harvey ([2014] 2016, p. 248), a alienação perpassa por muitas das contradições do modo de produção capitalista, por exemplo "no contato tátil com a mercadoria – seu valor de uso – é perdido e a relação sensorial é obstruída pela dominação do valor de troca" ou em tantas outras situações. É fundamental identificarmos e compreendermos as fontes de nossas alienações, a fim de lutarmos pela desalienação e pela emancipação humana. Ao citar André Gorz, Harvey ([2014] 2016, p. 248) indica uma das principais formas de alienação e de possível desalienação:

> O trabalho não é apenas criação de riqueza econômica; ele também é sempre um meio de autocriação. Portanto, também devemos perguntar, a propósito dos conteúdos do nosso trabalho, se o trabalho produz o tipo de homens e mulheres que gostaríamos que constituísse a humanidade.[8]

Lembremos outro autor, também citado por David Harvey em obra anterior – Robert Park[9], para o qual:

> Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem criou a si mesmo.

Pensando no projeto possível e na desalienação, o exercício sobre o real tem também de ser reestruturado. Novos discursos e novas representações devem ser criadas, sobretudo a partir daqueles que vivem o espaço cotidianamente. Concordamos com Harvey ([2014] 2016, p.191), o qual – baseado em Karl Polany – escreveu:

> Não podemos tratar a questão da liberdade, conclui Polany, sem antes rejeitar a visão utópica da economia política clássica e grande da política libertária ligada a ela. Só assim estaremos "face a face com a realidade da sociedade" e suas contradições. Do contrário, como acontece hoje escancaradamente, nossas liberdades estarão condicionadas à negação da realidade social.

[8] André Gorz, *Critique of Economic Reason*, Londres, Verso, 1989.
[9] Livro citado por David Harvey ([2012] 2014), *On social control and collective behavior*, Chicago University Press, 1967.

Nesse sentido, recordemos que o modo de produção capitalista, de maneira dialética, "está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização" ao mesmo tempo em que "o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir (Harvey, [2012] 2014, p.30). Assim, temos com clareza que a urbanização sempre foi algum tipo de fenômeno de classe (Harvey, [2012] 2014) e, nesse sentido, devemos pensar num poder coletivo sobre a urbanização, onde os valores de uso se sobreponham aos valores de troca, haja vista, a liberdade e a emancipação humana até hoje não floresceram do amplo regime de direitos à propriedade privada. Liberdade e emancipação poderão florescer "mediante direitos comuns geridos coletivamente por indivíduos associados" (HARVEY, [2014] 2016, p.197). Numa passagem bastante interessante sobre o exemplo da ocupação dos terrenos em La Victoria (Santiago), Zibechi (2015, p. 41-42) aponta a falência da democracia nos moldes ocidentais ao citar uma frase comum aos moradores do bairro: "O nosso problema começou com a democracia"!

Destarte, sem a pretensão de concluir ou encerrar qualquer discussão em torno da (re)produção do espaço urbano carioca, entendemos, por fim, que os movimentos revolucionários assumem, necessariamente, um caráter urbano ou uma dimensão urbana. Tal posição se sustenta, pois a classe trabalhadora é – cada vez mais – constituída por trabalhadores urbanos que engrossam os "precariados" ao invés apenas do tradicional "proletariado" (Harvey, [2012] 2014, p.17). Essa mudança é condição do atual estágio de metropolização do espaço. O fenômeno urbano, que já esteve umbilicalmente atrelado ao processo de industrialização e à aglomeração (FERREIRA, 2014, 2016 [A], 2016 [B]), "vem dando lugar ao fenômeno metropolitano, ligado à desconcentração e à 'explosão' da metrópole, isto é, à difusão dos códigos metropolitanos, num sentido amplo dessa imagem, num espaço muito além dos limites das regiões metropolitanas" (FERREIRA, 2016, p.03). Nesse contexto, a busca pela desalienação num projeto possível de luta anticapitalista demanda uma nova abordagem do direito à cidade, a partir de uma perspectiva revolucionária, e não mais reformista. A perspectiva revolucionária do direito à cidade está além do mero direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. (Harvey, [2012] 2014,

p.28). Baseado em Fletcher e Gapasin, Harvey reitera a necessidade dos movimentos sociais (trabalhistas) darem mais atenção às formas geográficas do que setoriais de organização. Raúl Zibechi, ao falar em *Territórios em Resistência*, compartilha dessa mesma concepção. Harvey propõe que a expressão "direito à cidade" se torne "uma palavra de ordem para mobilizar a luta anticapitalista", haja vista "o direito à cidade é um significante vazio repleto de possibilidades imanentes" (Harvey, [2012] 2014, p.244). Ainda com base na ideia do direito à cidade, o eminente geógrafo inglês afirma que o direito à cidade "não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores da construção, mas também todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana" (Harvey, [2012] 2014, p.246). Portanto, a luta pelo direito à cidade é lastreada no controle sobre a (re)produção do espaço, processo em devir. Ferreira (2016, p.08) inspirado por Lefebvre, reforça que "as duas escalas – do espaço concebido e do espaço vivido – têm de ser conectadas em novas formas de (auto)gestão territorial, isto é, ligadas à vida no lugar", onde o direito à cidade é tanto baseado no direito ao *habitat* – morfologia urbana, espaço construído – como também no direito ao *habitar* – apropriação sobre o espaço produzido. Dessa maneira "é preciso questionar a forma como ele é produzido e buscar fazê-lo de outra maneira, com outros objetivos que não priorizem a especulação e a dominação do espaço" (FERREIRA, 2016, p.13). Desse modo, para fissurarmos as estruturas que ora vigoram temos de mudar o espaço e, assim, buscar um novo projeto de sociedade. Holloway (2013, p. 12) é enfático ao afirmar que "não há absolutamente nenhuma garantia de um final feliz". Isso significa que é justamente na luta e no cotidiano vividos que se materializa a busca por um futuro alternativo. Eduardo Galeano falava que a utopia é como nosso horizonte, que continuamente se afasta de nós. Caminhamos dois passos e ele se afasta dois passos. Caminhamos dez metros e ele se afasta dez metros. Para que serve, então, a utopia? Para que nunca deixemos de caminhar!

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora Unesp, 2006 – 5ª reimpressão (1ª edição – março de 1996).

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise Urbana**. 1. Ed.; 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, [2015] 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como condição da acumulação. In.: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. pp. 51-70

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

FERRÃO, João. Governança democrática metropolitana: como construir a "cidade dos cidadãos"? In.: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **Desafios da Metropolização do Espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015. pp.209-224.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 1ª reimpressão – julho 2014.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In.: FERREIRA *et al*. **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, pp.91-122.

FERREIRA, Alvaro. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**, *13*(1), 35-43. (2019).

FERREIRA, A. A luta pela verdadeira democracia na produção do espaço: por outro projeto de sociedade (no prelo).

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Editora Boitempo, [2007] 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 17ª edição (maio de 2008).

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, ano XVI, n. 39, 1996, 9. 48-64.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, [2000] 2015. 7ª edição (janeiro de 2015).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume [2001] 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, [2003] 2014. 8ª edição (dezembro de 2014), 1ª reimpressão (janeiro de 2017).

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Lyola. [2005] 2008.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: **e as crises do capitalismo.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, [1982] 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, [2012] 2014.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Ed. Boitempo, [2014] 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

JAMENSON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** 1ª Ed. São Paulo: Ática.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política: O direito à cidade II.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2ª edição [2000] 2016.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, [1974] 2013.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do Espaço: processos e dinâmicas. In.: FERREIRA *et al.* **Metropolização do Espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013, pp. 17-34.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier Pereira. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In.: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, pp.171-211.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES, Otília *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em Resistência.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Recebido em 09 ago. 2020;
aceito em 20 set. 2020.